



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Afonso Pena, nº 3500, - Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-009
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 77053/2022/SR(MG)F/SR(MG)/INCRA-INCRA

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2022.

A Sua Senhoria a Senhora

ANDREA CLAUDIA VACCHIANO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Av. VIII, nº 50 – Carreira Comprida

CEP: 33045-09 – Santa Luzia/MG

Assunto: Resposta ao OFÍCIO Nº 1228/2022/SEDUH.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.117756/2022-30.

Senhora Secretária Municipal,

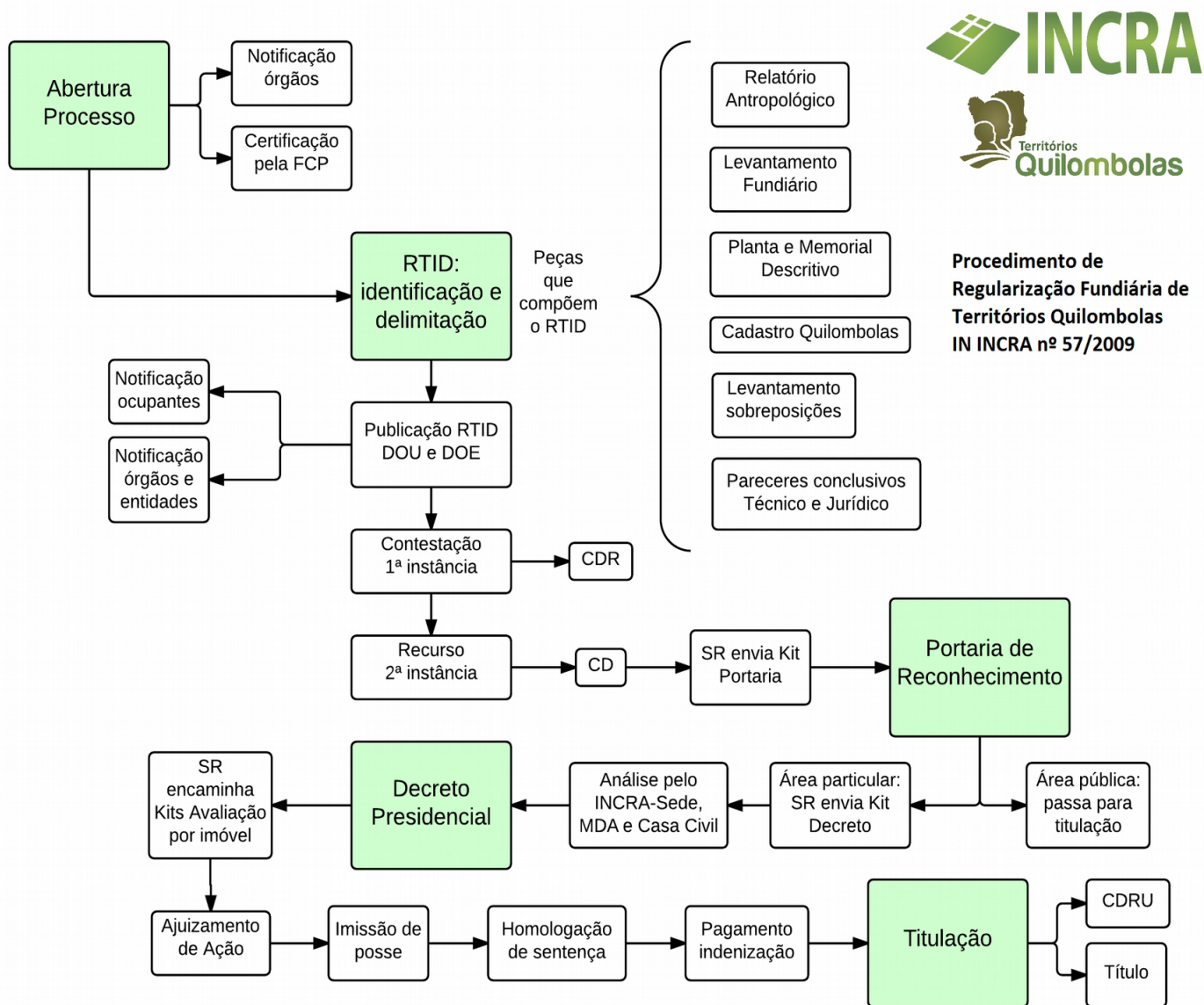
1. Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao OFÍCIO Nº 1228/2022/SEDUH, que solicita que seja informado "se existe oficialmente a delimitação que reconhece a área Quilombola de Pinhões, no Município de Santa Luzia, e qual seria a delimitação", esclarecemos que em julho de 2017 foi instaurado o processo administrativo nº 54170.004814/2017-47 para tratar da regularização fundiária da referida comunidade quilombola, mas que ainda não foram iniciados os levantamentos necessários para identificação e delimitação do território.

2. Apresentamos a seguir as etapas do processo de regularização de territórios quilombolas pelo Incra:

O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO INCRA (IN Nº 57/2009)

3. **Por força do Decreto nº 4.887/2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas, sem prejuízo da competência concorrente dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.** Atualmente, tramitam nas Superintendências Regionais do Incra nos estados 1.796 processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas.

4. A Instrução Normativa do INCRA nº57, de 20 de outubro de 2009, atualmente vigente, regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003. O processo de regularização fundiária quilombola previsto na IN nº 57/2009 pode ser visualizado no fluxograma abaixo reproduzido:



5. O primeiro passo para a instauração de processo de regularização fundiária quilombola no Incra é a solicitação de abertura de processo administrativo pela comunidade quilombola interessada junto à Superintendência Regional do Incra no seu estado. A Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares, é condição para que o INCRA inicie os trabalhos na comunidade quilombola. Convém destacar que a certidão emitida pela FCP não objetiva unicamente atender à política pública de regularização fundiária quilombola. Esse documento objetiva, além do registro e proteção do patrimônio afro-brasileiro, como determina o art. 216 da Constituição Federal, o acesso a outras políticas públicas voltadas a esse público, como educação, saúde, moradia, entre outras.

6. A primeira parte dos trabalhos do Incra, considerada uma das mais complexas do processo de regularização fundiária quilombola, consiste na elaboração do **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)**, que contém 6 (seis) peças técnicas (art. 10, IN 57/2009):

1. Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola identificada e Relatório Agroambiental;
2. Levantamento Fundiário;
3. Planta e Memorial Descritivo;
4. Cadastramento das famílias quilombolas;
5. Levantamento das sobreposições;
6. Pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

7. Para tanto, é constituída, por meio de Ordem de Serviço, uma equipe técnica multidisciplinar, com servidores de diferentes áreas da autarquia, responsável pela elaboração das referidas peças. Conforme o art. 10, da IN/INCRA/Nº57/2009, o RTID será devidamente fundamentado em elementos objetivos, abordando informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas.

8. O trabalho de campo é primordial nessa etapa. Dependendo do tamanho e das peculiaridades encontradas na área pleiteada pela comunidade quilombola requerente, podem ser necessários muitos dias de imersão em campo. Situações de conflito fundiário, em regra, dificultam, sobremaneira, a execução dessa política pública.

9. Após a publicação do RTID no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Unidade Federativa em que se localiza a área sob estudo, a Superintendência Regional do INCRA consulta órgãos e entidades para que apresentem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências (art. 12, IN 57/2009). Ao mesmo tempo, notifica proprietários e posseiros incidentes e confinantes da área identificada para que apresentem contestação aos estudos técnicos que culminaram na identificação e delimitação do território quilombola (art. 11, §2º, IN 57/2009).

10. Nos casos em que há sobreposição entre Territórios Quilombolas e outros interesses do Estado, como área de segurança nacional, terras indígenas, unidades de conservação, entre outros, há necessidade de alcançar a conciliação entre as partes para se avançar na regularização fundiária.

11. Aprovado em definitivo o RTID, o Incra publica **Portaria de Reconhecimento** que declara os limites do território quilombola. Após a publicação desse instrumento, caso incidam imóveis particulares no território quilombola, deve ser editado **Decreto pela Presidência da República** para fins de desapropriação por interesse social. Se o território for integrado apenas por terras públicas, não é necessária a edição de decreto de declaração de interesse social.

12. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão, ou seja, retirada de ocupantes não quilombolas por meio de desapropriação, mediante o pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro. O processo culmina com a concessão do **título de propriedade** à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação representativa, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

A DEMANDA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MINAS GERAIS

13. Minas Gerais é o terceiro estado da federação em demanda por regularização fundiária quilombola. Desde a publicação do Decreto 4.887/2003, a Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais já formalizou a abertura de 248 processos administrativos com vistas à regularização fundiária de territórios quilombolas localizados em mais de 90 municípios. Em 62 processos os trabalhos já foram iniciados e se encontram em diferentes fases, sendo que em 17 processos os RTIDs foram concluídos e publicados. Importante registrar que, devido ao aumento das decisões judiciais com obrigação de fazer, esta Superintendência Regional tem priorizado a atuação nas comunidades quilombolas que são objeto das sentenças, sendo que em há determinação para o Incra dar andamento aos processos de mais de 40 comunidades.

14. O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/MG conta com 7 servidores: 5 Analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário com habilitação em Antropologia; 1 Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Assistente Social e 1 Perito Federal Agrário (Engenheiro Agrônomo).

15. Nesse contexto, informamos que há grande limitação operacional e orçamentária do Incra para atender a demanda de regularização dos territórios quilombolas do estado de Minas Gerais. Por esse fato, ainda não foi possível dar andamento ao processo da comunidade quilombola de Pinhões.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS, ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS QUE IMPACTEM TERRAS QUILOMBOLAS

16. As atividades relacionadas ao licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem territórios quilombolas são coordenadas pela Diretoria de Governança Fundiária do Incra/Sede, de forma centralizada, por meio da Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola, uma força tarefa estabelecida pela Presidência do Incra por meio da Portaria nº 1223, de 02 de julho de 2020.

17. Esclarecemos ainda que o Decreto 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, em seu artigo 13, determinou à Diretoria de Governança Fundiária a competência na coordenação das atividades de licenciamento ambiental em terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, em articulação com o órgão ambiental responsável; e o novo Regimento Interno do Incra, publicado pela Portaria n. 531, de 23 de março de 2020, em seu artigo 82, delegou à Coordenação-

Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) as ações de coordenação, supervisão, normatização e controle das atividades de licenciamento ambiental em territórios quilombolas.

18. Informamos que, para tratar das questões de licenciamento, a Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola está à disposição pelo e-mail licenciamentoambiental@incra.gov.br, no telefone 61-3411-7249, ou junto à Diretoria Fundiária no e-mail diretoria.fundiaria@incra.gov.br.

19. Por fim, no intuito de estreitarmos direcionamentos, colocamo-nos à disposição para apresentação de quaisquer outras informações. Os contatos são vagner.franco@incra.gov.br e servico.quilombolas.bhe@incra.gov.br.

Atenciosamente,

VAGNER VASCONCELOS LUIZ FRANCO

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais - SR(MG)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Vasconcelos Luiz Franco, Chefe de Divisão**, em 25/10/2022, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14547587** e o código CRC **5B0FD84A**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.117756/2022-30

SEI nº 14547587